

## **Desenvolvimento e dependência no sistema nacional de economia política de Frederico List**

Benedicto Heloiz Nascimento \*

**Resumo:** List introduziu o tempo, o espaço, a sociedade e, assim, a história e a nação na economia, ao se colocar contra os pressupostos da economia clássica de harmonia de interesses, da visão estática do mundo, do individualismo e do livre-cambismo. Para ele, os interesses são conflitantes e a ação individual nem sempre resultaria num melhor acerto social, tendo a harmonia possível que ser buscada através de organismos superiores: a Nação e o Estado. Nesse contexto, ele estabelece a política econômica a ser adotada pela Alemanha, então uma região composta de estados subdesenvolvidos e em processo de unificação, ressaltando o papel das forças produtivas no seu processo de desenvolvimento.

**Palavra-chave:** Política Econômica. Desenvolvimento Econômico. Nacionalismo. História Econômica. Alemanha.

### **Development and dependency in Frederico List's national system of political economy**

**Abstract:** List introduced time, space, society and, thus, History and the Nation to Economy, by placing himself against the assumptions of classic Economy: harmony of interests, a static vision of the world, individualism and free trade. In his opinion, interests are conflicting and individual actions do not always result in social improvement; thus, any harmony must be sought through higher organizational levels: the Nation and the State. In this context, he established the economic policy to be adopted by Germany, at that time, a region composed of underdeveloped states undergoing unification, emphasizing the role of productive forces in its development process.

**Keywords:** Economic Policy. Economic Development. Nationalism. Economic History. Germany.

---

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e Professor Associado da Universidade de São Paulo -IEB/USP.

## **1 Introdução**

Após o Congresso de Viena, realizado em 1815, formou-se uma Confederação Alemã com 38 Estados independentes, dotados de barreiras alfandegárias entre eles. A partir de 1819 tem início um processo de abolição dessas barreiras, que culmina com uma união alfandegária em 1833.

Neste contexto, viveu Georg Friedrich List (1789-1846), ideólogo e promotor da união aduaneira que, aos poucos, constituiria a Alemanha como um único Estado soberano. Para isso, ele elaborou um corpo de idéias: partiu da crítica da economia liberal de Adam Smith, do estudo do mercantilismo europeu e de seu conhecimento da economia e das idéias protecionistas correntes nos EUA, onde residiu de 1825 a 1830, ao ser exilado do Württemberg. Adotando uma postura histórica e nacionalista, acabou construindo uma verdadeira teoria do desenvolvimento econômico, na qual se percebe o problema da dependência.

Nos EUA, publicou, em 1827: *Outlines of a New System of Political Economy*, defendendo a política protecionista. Em 1837, apresenta trabalho sobre a liberdade de comércio e restrições mercantis, no qual condensa o substancial de suas idéias, a um concurso da Academia de Ciências Políticas de Paris. Depois de novos estudos, ele acaba dando a forma final à exposição do seu pensamento, o que se constituiu no *Sistema Nacional de Economia Política*, publicado na Alemanha em 1841. Este livro daria o embasamento teórico para a promoção do desenvolvimento e defesa da economia alemã contra o liberalismo e penetração de produtos ingleses em seu território.

Ele foi o precursor da escola histórica e dos estudos de desenvolvimento econômico, mas, também, concebeu a idéia do imperialismo alemão e de uma união européia que, junto com os EUA, deveria explorar o resto do mundo.

O propósito deste artigo é, antes de tudo, divulgar uma teoria do desenvolvimento econômico diferente da maioria das outras, confeccionada numa abordagem histórica e que tem sido mantida esquecida. Sua importância pode ser grande na formulação da política econômica de um país como o Brasil, frente a um Mundo que, como no tempo de List, é, também, globalizado. Além disso, merece consideração o caráter otimista das idéias desse autor, à medida que mostra que o liberalismo e a globalização podem ser enfrentados e que até se pode tirar proveito deles, desde que o mercado nacional esteja convenientemente protegido.

## **2 Os princípios**

List introduz o tempo, o espaço, a sociedade e, assim, a história e a nação na economia, colocando-se contra os pressupostos da economia clássica de harmonia de

interesses, da visão estática do mundo, do individualismo e da empresa, contra a abordagem que "ignora" os homens e as fronteiras entre os países.

Ele se opõe à idéia de conhecimento absoluto da ciência clássica e introduz a noção de relatividade nas formulações e no cálculo econômico. Sua teoria é construída considerando a existência de interesses conflitantes e o fato de que a ação individual nem sempre resulta num melhor acerto social, tendo a harmonia possível que ser buscada através de organismos superiores, a Nação e o Estado. Na sua concepção de economia, capital privado não deve ser confundido com capital nacional, pois:

Um manufator ou um comerciante pode transferir seu capital das manufaturas ou do comércio vendendo sua maquinaria ou seus navios, e comprando terras com o dinheiro auferido. Mas uma Nação não pode efetuar essa operação, a não ser sacrificando grande parte do seu capital material ou mental. (LIST, 1986, p. 159)

Fato demonstrador de que para List, também, o todo não é uma simples resultante da soma das suas partes, constituindo-se em algo diferente levando a reações e conseqüências diversas.

A ordem, a paz, as garantias políticas e a estabilidade das leis são valorizadas e consideradas importantes para a construção da nação e, por isso mesmo, podemos dizer que, para List, a reforma é mais valorizada do que a revolução. Mas, havendo necessidade de mudanças rápidas numa sociedade atrasada, é defendido um governo forte, embora a democracia e a liberdade sejam sempre preconizadas como melhores.

Nessa economia, a capacidade de criar riqueza faz das forças produtivas a categoria mais importante e, por isso, mesmo depois da destruição de uma guerra, pode uma nação recuperar-se rapidamente, pois as forças produtivas de que ela é dotada reconstruirão toda a riqueza perdida.

Esta é uma abordagem que destaca a importância do contacto entre as pessoas a ponto de seu autor defender a miscigenação, como forma de manter a qualidade física dos homens, pois, para ele, os mestiços seriam superiores àqueles de raça pura.

É inegável que do cruzamento de duas raças bem diferentes resulta futuramente, quase sem exceção, progênie poderosa e de excelente qualidade; essa observação estende-se ao cruzamento da raça branca com a negra na terceira e quarta geração. Essa observação parece confirmar, mais que qualquer outra coisa, o fato de que as nações que resultaram de um

cruzamento de raças repetido com frequência, e que abarcou a nação inteira, têm ultrapassado todas as outras nações em poder e energia mental e caráter, em inteligência, força corporal e beleza pessoal. (LIST, 1986, p. 151)

Como a liberdade é fator importante para o desenvolvimento das forças produtivas, também, é defendida a abolição da escravidão, que deveria ser gradativa e preparar o escravo para a nova vida como homem livre, enquanto que para a elite é preconizada a necessidade de participação no processo gerador de riqueza. Assim, o nobre poderia, conforme o observado na Inglaterra, ser um agricultor eficiente, em lugar de simples consumidor das rendas recebidas.

List forma sua doutrina a partir da análise histórica de economias que se destacaram em termos de desenvolvimento econômico, como as Cidades Mercantis Italianas, a Liga Teutônica, a Inglaterra, os Estados Unidos da América, França, Espanha, Portugal. Ele usa, também, partes válidas do mercantilismo, onde pode-se observar a grande influência do sistema inglês, daquele de Colbert, na França, e do desastre português com o Tratado de Methuen.

Ele teria se aproveitado ou se inspirado na idéia de união dos estados italianos expressa por Nicolau Maquiavel,

[...] que em carta a seu amigo Guicciardini [em 1525], havia proposto a união de todas as potências da Itália contra os estrangeiros[...] O objetivo de O Príncipe [escrito em 1513] era claramente incutir nos Medici a idéia de que tinham sido chamados a unir toda a Itália sob um soberano único, e ao mesmo tempo indicar-lhes os meios para a consecução dessa meta.(LIST, 1986, p. 221)

List, também, teria se beneficiado do contacto com o pensamento de Alexandre Hamilton sobre promoção e proteção às indústrias e da sua experiência vivida na América do Norte, onde treze colônias inglesas uniram-se para constituir um país independente, tanto que afirma:

A melhor obra sobre economia política que se pode ler naquele país moderno é a vida real. Ali se pode observar como regiões selvagens se transformam em Estados ricos e poderosos; e o progresso, que exige séculos na Europa, ali acontece à vistas de todos; ou seja: pode-se observar como se passa da condição de caçador para a de criador de gado, e desta para a agricultura, e desta para a indústria e o comércio. Ali se pode ver como as rendas aumentam gradualmente, do nada até atingir lucros extraordinários.(LIST, 1986, p. 5)

Mas, será a constituição do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e a História da transformação da Inglaterra em uma nação manufatureira aquilo que mais influenciará o economista de Württemberg. Ele tomará as políticas e medidas aplicadas naquele reino, que importou do continente europeu conhecimento, técnicas e trabalhadores especializados, protegeu seu mercado, estimulou o comércio, a navegação e a construção naval, como modelo a ser utilizado na Alemanha, o que fica bem visível quando afirma que:

O reino insular extraiu de cada país do continente europeu a sua habilidade em setores específicos da indústria implantando-os em solo britânico, sob a proteção de seu sistema alfandegário.[...] Uma vez de posse dos diversos ramos industriais, a Inglaterra dispensou-lhes seu cuidado e atenção, tratando-os como se trata de uma árvore recém plantada que exige apoio e cuidado.(LIST, 1986, p. 33)

Assim, para List, qualquer nação adiantada na agricultura e em civilização, usando um protecionismo moderado para sua indústria nascente, graças à prática na produção e estímulo da concorrência interna, poderia alcançar a perfeição dos produtos de seus concorrentes estrangeiros mais antigos, apesar de suas mercadorias, no início do processo, serem imperfeitas e caras. Por isso ele, que acreditava depender o êxito de um ramo da indústria do sucesso de vários outros setores e que o trabalho industrial deveria ter continuidade nas sucessivas gerações, afirmaria:

[...] por meio da diligência, da habilidade e da economia, todo e qualquer ramo da indústria pode e deve tornar-se lucrativo com o correr do tempo[...][e, também, que se deveria] estudar a história da indústria inglesa, antes de aventurar-se a elaborar sistemas teóricos, ou a aconselhar estadistas práticos que têm em suas mãos o poder de promover a felicidade ou a infelicidade das nações.(LIST, 1986, p. 33).

Os problemas e soluções estão entrelaçados, os econômicos e militares são resolvidos conjuntamente. Eles são tratados de forma mais abrangente, o desenvolvimento e o poderio naval aparecem ligados ao comércio, transportes, navegação de cabotagem, pesca, colônias e indústrias:

As manufaturas, como base de um grande comércio interno e externo, constituem também as condições fundamentais para a existência de uma marinha mercante digna de nota. Já que a função primordial do transporte interno consiste em fornecer aos manufatores combustíveis e materiais de construção, matérias-primas e meios de subsistência, a navegação costeira e fluvial não pode prosperar a contento em um país puramente agrícola. A

navegação costeira por sua vez, constitui a escola dos marinheiros, dos capitães de navios e da construção naval, e portanto um país puramente agrícola carece da condição básica para qualquer navegação marítima de maior porte. [...] no intercâmbio entre uma nação agrícola e uma nação manufatureira comercial, a maior parte do transporte marítimo caberá a este último país, mesmo que não esteja em seu poder garantir a parte do leão, mediante leis de navegação. Além do comércio interno e internacional, também a pesca marítima ocupa considerável parte dos navios; ora, também nesse ramo de atividade, normalmente pouco ou muito pouco poderá fazer uma nação puramente agrícola, já que aí pouca procura existe por produtos do mar, e porque as nações manufatureiras e comerciais desejosas de manter seu poderio naval, estão habituadas a utilizar exclusivamente seus navios para a exploração e comercialização da pesca. A esquadra recruta seus marinheiros e pilotos da marinha mercante particular, sendo que a experiência até agora tem ensinado que é impossível treinar rapidamente marujos capazes como se treinam tropas terrestres, devendo esses marujos e pilotos ser treinados servindo primeiro na navegação costeira e internacional, e nas pescarias marítimas. Conseqüentemente, o poderio naval de uma nação estará sempre no mesmo estágio em que estiverem esses setores da indústria naval, [...] O meio mais adequado para desenvolver a força manufatureira, o comércio interno e externo que dela deriva, bem como qualquer navegação costeira e marítima apreciável, uma pesca marítima desenvolvida e conseqüentemente, um poderio naval respeitável, são as colônias. A nação-mãe fornece às colônias bens manufaturados, obtendo em retorno sua produção agrícola excedente e suas matérias-primas, aumentando com isso sua população e a demanda pelos produtos agrícolas internos, aumentando sua marinha mercante e seu poderio naval. A superioridade da nação-mãe no tocante à população, ao capital e ao espírito de iniciativa tem, na colonização, uma saída vantajosa que é ainda compensada com juros pelo fato de grande parte daqueles que se enriqueceram nas colônias trazer de volta o capital que lá adquiriram, derramando-o no colo da nação-mãe ou gastando nela suas rendas. (LIST, 1986, p. 181-182).

Ele, também, vai se opor à visão individualista dos clássicos, que privilegiava a empresa, para cuidar do conjunto de fatores operando num organismo maior, tomando como centro de análise o total da economia de um país.

Assim, é valorizada a nação, que praticamente tinha desaparecido na economia política dos clássicos, pensadores que adotaram uma concepção internacionalista ou cosmopolítica do Mundo, ignorando estar o planeta dividido segundo aquele critério.

A nação é a expressão e materialização da vida organizada e união das forças das pessoas. Assim, para List:

[...] entre cada indivíduo e a humanidade inteira existe A NAÇÃO, com sua língua e literatura específicas, com sua origem e história, com suas maneiras e costumes, leis e instituições, sendo que todos esses elementos reclamam existência própria, autonomia, aperfeiçoamento e continuidade para o futuro - crescendo ainda que cada nação tem o seu território específico, uma sociedade que, unida por milhares de vínculos intelectuais e de interesses, se constitui em um todo independente, que reconhece a lei do direito para si mesma, e em seu caráter de unidade se opõe ainda a outras sociedades de tipo

similar no que concerne à liberdade nacional, e, por conseguinte, nas atuais condições do mundo, só pode manter sua existência própria e sua autonomia por meio de sua própria força e de seus próprios recursos. Assim como o indivíduo adquire, sobretudo por meio da nação e na nação, a cultura intelectual, capacidade de produção, segurança e prosperidade, assim também o processo de civilização da espécie humana só é concebível e possível pela civilização e desenvolvimento das diversas nações. (LIST, 1986, p. 123)

Na sua idéia, a nação, em seu estado normal, com uma língua e literatura comuns, território extenso, dotado de múltiplos recursos naturais e população numerosa, deve preocupar-se em desenvolver a capacidade interna de gerar riqueza. Nela, além das forças de defesa militar, deve-se promover a agricultura, a indústria, o comércio, a navegação, e, com posição igual a da produção material, as artes, as ciências, os estabelecimentos educacionais e a cultura universal. Ele afirma, ainda, que “as leis e instituições nacionais devem dar alto grau de segurança e liberdade aos cidadãos”. (LIST, 1986, p. 124)

Mas o problema do desenvolvimento regional e do equilíbrio na repartição da renda entre as províncias a rigor não é tratado, pois dentro da nação ou da união aduaneira o livre-cambismo seria mais eficiente do que as leis do Estado para regular o comércio entre suas divisões, cidades, províncias, regiões.

Seria digno de comiseração todo especialista de Economia Política se afirmasse que a balança das importações e exportações entre os vários Estados da Federação norte-americana ou entre os vários estados do Zollverein, ou entre a Inglaterra, Escócia e Irlanda, pode ser mais bem regulada por medidas e leis do Estado do que pelo livre-cambismo. (LIST 1986, p. 183).

Será como membro da nação que os indivíduos vão se realizar e é dela que vão obter garantia de liberdade e proteção para suas atividades, através de leis e normas estabelecidas para disciplinar a vida econômica, além de instituições implantadas para fomentar o progresso, todas possibilitando uma vivência cultural e civil mais rica e harmônica. Assim, a Nação seria a intermediária entre o indivíduo e a humanidade em seu todo, enquanto que a sua grandeza e unidade estariam ligadas ao protecionismo.

A categoria básica usada é a de forças produtivas, que ultrapassa aquelas de preços, de valor de troca e, mesmo, de valor de uso. Trata-se de uma noção, que, praticamente, sem mencioná-lo, realça o valor de uso em detrimento do valor de troca, do preço e da

riqueza acumulada. Ela deve ser usada paralelamente às outras da economia clássica, que é criticada, mas não descartada, levando o economista a pensar em termos mais abrangentes.

Para List, as forças produtivas da nação derivam das forças físicas e mentais das pessoas; das condições e instituições sociais, políticas e locais; dos produtos materiais, de atividades intelectuais e corporais anteriores, do capital físico, agrícola, industrial e comercial.

Desse modo, além da natureza, do capital e do trabalho, as forças produtivas englobam: a legislação, o poder político e o Estado; a ordem e a segurança públicas; a segurança das pessoas, a liberdade e a justiça; a educação; todas as instituições públicas; as forças morais e intelectuais, envolvendo as religiões, o conhecimento científico, a técnica e a especialização; a indústria diversificada, ativa e florescente; a harmonia entre indústria, agricultura e comércio. Por isso, as pessoas, detentoras de força de trabalho, devem gozar de boa saúde e bom nível de instrução, além de liberdade. As forças de produção crescem com as liberdades vigentes e com o grau de perfeição das instituições e condições sociais e políticas, as quais evoluem graças ao aumento da riqueza material e da força produtiva dos indivíduos. Conseqüentemente, entre outros fatores, deve-se dar bom nível de vida aos operários, reconhecer e premiar os esforços de trabalhadores e comerciantes. (LIST, 1986).

Esses fatores são condicionantes, estimulantes ou desestimulantes do trabalhador, que se realiza na sua plenitude, através do grupo social a que pertence, a nação. Desse modo, a força produtiva individual materializa-se como parte do todo maior, sendo em grande parte determinada pelas circunstâncias políticas e sociais da nação, tendo a própria divisão do trabalho componentes de solidariedade inter-trabalhadores e inter-empresas que reforçam esse aspecto. É uma consideração que explica o fato de habitantes de países pobres conseguirem prosperar rapidamente, quando emigram para lugares onde as condições institucionais são mais favoráveis.

A indústria diversificada é a principal força produtiva. Ela deve ser ativa e florescente e seu desenvolvimento, quando não o seu próprio nascimento, é, também, uma questão política. Ela estimula e valoriza a agricultura nacional, que progride e se aperfeiçoa, provocando um aumento da produção agrícola consumida no mercado



interno, fornecendo recursos e implementos novos, mais aperfeiçoados, para essa atividade.

Portanto, indústria e agricultura são, antes de tudo, atividades complementares, cada uma constituindo-se em consumidor dos produtos da outra. Cada uma acaba por se tornar em fator estimulante e criador de recursos para a outra, usufruindo de um mercado interno, mais estável e seguro que o internacional. Constatação que levaria List a recomendar a tomada de posse do próprio mercado interno, pelo menos daquela parte referente aos produtos de primeira necessidade.

Por tudo isso, para List (1986, p. 97), a força produtiva não deve ser confundida com a riqueza acumulada, pois, antes de tudo, ela se constitui na capacidade de criar riqueza, e por isso ele afirma que:

A força produtiva da riqueza é infinitamente mais importante que a própria riqueza; pois esta força não somente assegura a posse e o aumento do que se ganhou, mas também a substituição daquilo que se perdeu. Isto é tanto mais verdade no caso de nações inteiras [que não podem simplesmente viver de rendas] do que no caso de indivíduos particulares.

O desenvolvimento industrial, condutor do econômico, deve ser contínuo para que não se perca, à medida que sua interrupção significará perdas de capital e demais forças produtivas.

Quanto maior for o talento e a habilidade exigidos por determinado ramo manufatureiro, quanto maior for o capital necessário para implantar e fazer funcionar tal manufatura, tanto mais prejudicial será qualquer interrupção do processo. Ao sobrevir tal interrupção, a maquinaria, as ferramentas e os utensílios são reduzidos a ferro velho, as edificações se transformam em ruínas, os operários e a mão-de-obra qualificada emigram para outros países ou procuram trabalho na agricultura. Dessa forma, em pouco tempo perde-se para a nação um complexo conjunto de forças produtivas e propriedade, que só fora possível criar com o trabalho de várias gerações. (LIST, 1986, p. 199).

### **3 O protecionismo**

A industrialização precisa ser feita dentro de uma concepção protecionista, que assegure mercado interno à empresa nacional, afora subsídios à sua instalação, produção e comercialização de mercadorias. Seria condenável a prática da Liga Teutônica de “simplesmente comprar e produzir onde é mais barato para vender onde se

obtem o preço mais alto, descuidando-se de fabricar e fomentar a produção na própria pátria”. (LIST, 1986 p. 21).

Para List, a luta pelo monopólio faz parte da natureza da indústria, legitimando o protecionismo contra forças externas, embora ele acreditasse nos seus efeitos positivos quando restrito ao mercado interno, levando à baixa de preços e melhorias tecnológicas e, poderíamos acrescentar, ao fortalecimento das empresas nacionais.

Em todo caso, a luta pelo monopólio faz parte da própria natureza da indústria manufatureira. Este fato tende a justificar, e não a desacreditar, uma política protecionista. Efetivamente, essa tendência, quando restrita, ao mercado interno, visa a conseguir preços mais baixos e aperfeiçoamentos nos métodos e processos de produção, aumentando consequentemente a prosperidade nacional; ao passo que a mesma tendência, se pressionar de fora com força esmagadora sobre a indústria nacional, provocará a interrupção do trabalho e a falência da indústria nacional.(LIST, 1986, p. 200).

Isso tudo, praticamente, constituía-se no princípio da causalidade circular acumulativa, desenvolvido um século depois, e List completava seu pensamento dizendo ser necessário garantir a existência das indústrias porque delas depende a continuidade do próprio processo de desenvolvimento econômico:

Assim como a implantação e a continuidade de um setor da indústria atrai outros empreendimentos e contribui para o florescimento dos mesmos, da mesma forma a ruína de um setor industrial leva à ruína de vários outros, e por fim os próprios fundamentos da força manufatureira da nação. (LIST, 1986, p. 199).

Daí ser essa força manufatureira de uma nação um todo inseparável, onde os setores da indústria estão coligados, poderíamos dizer, fornecendo insumos e benefícios uns para os outros e gerando mercado consumidor para todos. Ele observou:

[...] que todos os setores da indústria estão intimamente coligados e relacionados entre si; que o aperfeiçoamento de um setor prepara e fomenta o aperfeiçoamento dos demais; que não se pode negligenciar nenhum deles, sem que os efeitos dessa negligência sejam sentidos por todos; que, em suma, a força manufatureira de uma nação constitui um todo inseparável.(LIST, 1986, p. 259).

Para tanto, seria necessária a imposição de tarifas alfandegárias, cobradas, principalmente, sobre o peso dos produtos a fim de evitar fraudes com declaração de

preço inferior ao verdadeiro e de evitar o contrabando de bens de pouco peso e/ou volume, mas de alto valor, além de proteger mais os bens de uso comum, de produção importante num processo de desenvolvimento. Isso significa evitar promoção de artigos de luxo em favor daqueles de uso geral, manufaturados que movimentam quantidade maior de recursos e forças produtivas naturais, intelectuais e pessoais, exigindo grande capital e atraindo ao país recursos estrangeiros. Ter-se-ia, desse modo, o desenvolvimento de setores produtivos que levam ao aumento da população, à prosperidade da agricultura nacional e ao incremento do comércio com outros países.

Tais ações precisam, no entanto, ser compreendidas como uma proteção à indústria nascente, portanto provisória, não excessiva e com caráter educativo, para forçar o fortalecimento de uma indústria que precisa tornar-se competitiva. Este protecionismo deve ser ascendente, quando não existir previamente e descendente, quando já existir e for muito alto e tiver cumprido o seu papel de promover e estimular a industrialização. Deste modo, evitam-se criar mudanças bruscas com instabilidades e expectativas desestimuladoras da produção, num ambiente em que o simples anúncio de baixa ou alta de tarifas provoca alterações na operação dos agentes econômicos.

A concorrência estrangeira não deve ser eliminada completa e repentinamente. Em países mais atrasados, as tarifas devem ser moderadas, aumentando com o incremento das forças produtivas internas. A proteção aos diversos setores da indústria deve ser diferenciada, precisando-se dar proteção especial aos setores mais importantes, que requerem mais investimentos em termos de capital, maquinaria e conhecimento técnico ou tecnológico.

É preciso observar que a produção e as fábricas tendem a crescer com lentidão, assim as tarifas devem ser mantidas, enquanto se procura evitar reduções antes do tempo adequado para a maturação dos empreendimentos. Do mesmo modo, lembra List, torna-se necessário atender à necessidade de facilitar a importação de maquinaria mais complexa, e, poderíamos acrescentar, conhecimento, que ainda não possam ser eficientemente produzidos no país.

Esse protecionismo precisa acompanhar o grau de desenvolvimento da nação, evitando-se exageros danosos, pois só gradualmente podem os povos alcançar um grande desenvolvimento industrial.

Mesmo assim, List observa que a Inglaterra industrializada não deixava de continuar protegendo o seu mercado:

Huskisson certamente reduziu as taxas aduaneiras para a importação de vários produtos, mas nunca deixou de zelar no sentido de proteger as indústrias nacionais, mesmo baixando as taxas de importação. Seguiu de perto as regras adotadas pelos holandeses no tocante à invasão das águas; sempre que elas sobem muito, as autoridades levantam diques altos; quando as águas sobem pouco, constroem apenas diques baixos. Dessa maneira, a reforma da política comercial inglesa, anunciada com tanta pompa, acabou reduzindo-se a uma simples trapaça político-econômica. (LIST, 1986, p. 251).

Além disso, o protecionismo deveria se restringir à indústria, e a teoria econômica favoreceria o progresso e a prosperidade das nações mostrando que:

[...] a proibição de livre comércio dos produtos naturais e das matérias-primas causa, para a própria nação que o proíbe, a maior desvantagem, e que o sistema protecionista pode ser justificado única e exclusivamente com vistas ao desenvolvimento industrial da nação. (LIST, 1986, p. 131).

Portanto, uma nação desenvolvida e industrializada deveria evitar a acomodação e regressão de seus fabricantes e comerciantes, levando-os a concorrer com produtores estrangeiros, ao mesmo tempo em que matérias-primas e alimentos teriam importação livre. Isso facilitaria o comércio com países exportadores destes produtos e, agora, nos seria permitido acrescentar, resultaria na redução dos custos de insumos e gastos com mão-de-obra, o que, naturalmente, se refletiria nos preços dos seus produtos industrializados, tornando-os mais competitivos ainda.

Aqui, poderíamos indagar se alguma proteção à agricultura não se justificaria, a fim de garantir ocupação no campo para uma massa que poderia acabar inchando as cidades de uma população de desocupados, vivendo sob condições precárias de vida. Contudo, List já estava pensando nos usos e vantagens de jogar esses excessos de população no processo emigratório, enquanto que os estados alemães eram eficientes exportadores de produtos agrícolas.

O protecionismo só deveria se destinar ao fomento e proteção da força manufatureira interna de nações que, possuindo grande território e população numerosa, recursos naturais abundantes, agricultura avançada e elevado grau de civilização e

desenvolvimento político, tiverem capacidade de concorrer com as grandes nações agrícolas, manufatureiras e comerciais, assim como com as maiores potências militares.

Desse modo, países muito pequenos e de reduzida população não teriam, na idéia de List, grandes possibilidades de desenvolvimento e para eles seria aconselhada a integração a uma união aduaneira.

Uma população numerosa e um território extenso dotado de múltiplos recursos naturais constituem requisitos essenciais para a nacionalidade normal; diríamos que são condições fundamentais para o cultivo intelectual, para o desenvolvimento material e para o poder político. (LIST, 1986, p. 124).

Um país com reduzida população e pequeno território, possuindo uma língua muito diferente das outras, acaba sempre com uma literatura e instituições deficientes, dispondo de poucos recursos para promover as artes e ciências. Portanto, para List, um Estado de pequeno porte nunca conseguirá completar os diferentes setores produtivos no seu território.

Além disso, se não possui costas marítimas, marinha mercante e de guerra e/ou não domina as embocaduras de seus rios ele dependerá de outros países para efetuar seu comércio exterior, não conseguindo fundar colônias, acabando por perder seus excedentes populacionais que emigram, recursos intelectuais e materiais que se transferem para outros países. A esse país restará no entanto o recurso de unir-se a outros Estados, superando, através de uma união aduaneira, suas deficiências territoriais como, por outros meios, ocorreu no caso da Inglaterra e Escócia, da Grã-Bretanha e Irlanda ou da Flórida, Luisiana e Estados Unidos.

Certamente, o protecionismo terá caráter mais vantajoso em nações que possuem todos os meios intelectuais e materiais necessários para estabelecer uma força manufatureira própria, conseguindo, desse modo, o mais alto grau de civilização, maior prosperidade material e evolução política, que são retardados em seu progresso pela concorrência de uma potência manufatureira estrangeira mais desenvolvida. A proteção seria, então, válida para países aptos, em termos de território, população e cultura, pois neles a concorrência interna é suficiente para estimular a produção e é beneficiada pela proteção à indústria, à medida que, graças a ela, a procura interna de seus produtos aumenta.

Em caso contrário, o livre-cambismo poderá, ainda, ter um papel significativo num Estado agrícola, caracterizado pelo desenvolvimento de apenas pequena parcela das forças, poderes e recursos mentais e físicos disponíveis, acompanhados de um reduzido acúmulo de capital. Aqui, a livre-troca é importante para o desenvolvimento da agricultura e das forças produtivas que necessitam atingir um estágio de maior maturidade e crescimento antes de serem destinadas ao esforço de levar o país a nova etapa de desenvolvimento.

Trata-se de garantir o crescimento de um setor estimulado pelo mercado externo, que, transbordando, permitirá o crescimento do território, dos meios e condições de produção e da procura interna, propiciadores de novos estímulos para mais crescimento e diversificação da produção, quando adequadamente protegidos e favorecidos. Mas, será que esse crescimento não se realizaria com mais eficiência caso sofresse algum tipo de controle e direcionamento pelo poder local, que assim evitaria a necessidade de enfrentar conflitos quando tentasse impor medidas e normas protetoras ao promover a segunda fase, aquela da industrialização?

Como vimos, a economia listiana não defende a autarquia ou o isolamento, ela é favorável ao intercâmbio entre os povos e a um comércio internacional ativo, que teria resultados benéficos para a nação, permitindo a obtenção de novas mercadorias e o aprimoramento e aceleração de sua produção.

Nela, reconhece-se a existência de possibilidade de transbordamento do desenvolvimento dos centros mais ricos para as regiões mais pobres. Ela admite a importância da participação dos países na comunhão internacional, possibilitadora do contacto entre os povos, incrementador e aperfeiçoador da economia e da civilização.

Para essa economia, o sistema protecionista constituir-se-ia na única forma de colocar as nações atrasadas em pé de igualdade com a nação ou nações dominantes. Ele seria o fomentador da verdadeira liberdade de comércio, na medida em que possibilitaria a um grande número de países atingir mais ou menos o mesmo grau de indústria e civilização, de cultura política e de poder, condição necessária para uma união das nações do planeta.

Ela apenas exige o reconhecimento das especificidades das nações, que necessitam adotar medidas certas, feitas em tempo adequado. Mas, é preciso reconhecer a importância do mercado interno, pois:

A escola [liberal] não pode negar que o mercado interno de uma nação é dez vezes mais importante para ela do que o seu mercado exterior, mesmo que este último esteja na condição mais florescente; todavia esqueceu-se de tirar a conclusão - muito óbvia - de que é dez vezes mais importante cultivar e assegurar o mercado interno do que procurar riqueza fora, e que o comércio exterior só pode prosperar nas nações que desenvolveram sua indústria interna em alto grau. A escola [liberal] elaborou sua concepção da natureza e do caráter do mercado somente do ponto de vista cosmopolítico, omitindo o ponto de vista político. (LIST, 1986, p. 130).

#### **4 O equilíbrio dos setores produtivos**

A economia listiana mostra, ainda, que um país industrializado tende a possuir uma agricultura mais desenvolvida, pois a indústria fornece à agricultura um mercado consumidor de alimentos e matérias-primas crescente e cativo, além de equipamentos e novos insumos e técnicas geradas com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia que acompanham o desenvolvimento industrial e econômico.

Trata-se de uma economia que reconhece que a divisão técnica do trabalho implica e requer uma maior cooperação entre os trabalhadores, firmas e setores de produção, formando-se um processo onde a união e colaboração entre as partes, operando na produção, precisa ser mais profunda, à medida que muitas pessoas e até várias firmas são necessárias para gerar uma única mercadoria.

List, também, percebeu que a reunião das partes é diferente do seu somatório, ocorrendo uma potencialização de elementos e de forças num todo maior, formando um organismo diferente. Por isso, a força manufatureira, assim como a agrícola e a mercantil, pode ser vista como um todo inseparável, estando todos os setores da indústria, e da economia nacional, intimamente ligados, uns estimulando os outros, gerando produtos e situações ou condições favoráveis para todos. Em termos modernos, poderíamos dizer, fornecendo infra-estrutura e economias externas.

Disto decorreria, ainda, a concepção listiana da necessidade de haver equilíbrio no desenvolvimento da indústria, agricultura, comércio e demais serviços, assim como do poder político e riqueza da nação, em processos recíprocos de suportes e estímulos. Trata-se da concepção de um Estado agrícola-manufatureiro-comercial,

[...] uma nação completa em si mesma, um conjunto harmonioso e compacto, no qual, por um lado, as diferenças anteriormente existentes entre a monarquia, a aristocracia feudal e o resto da população deram lugar a um acordo harmonioso, e, por outro lado, nasceu a mais íntima união e interação entre a agricultura, as manufaturas e o comércio.(LIST, 1986, p. 228).

E, aí, o seu grande exemplo negativo será Portugal, do Tratado de Methuen, com a Grã-Bretanha, acordo que operou como redutor e fator de submissão da economia daquela nação à da segunda.

Essa seria, ainda, a razão de um país produtor e exportador de bens primários estar sempre em situação desvantajosa frente a outro industrializado. Ele não tem garantias de vender sempre o seu produto, de obter, pelo menos, preços estáveis para estes, à medida que o país industrial costuma ser um produtor agrícola mais eficiente, que pode, também, trocar de fornecedor, dirigindo-se a outros países agrícolas. Afora isso, nessas nações, o valor das importações de mercadorias industrializadas tende a ultrapassar de muito o dos bens agrícolas exportados, gerando problemas de déficit no balanço de comércio e desequilíbrios nos pagamentos internacionais.

A experiência tem demonstrado repetidas vezes [especialmente na Rússia e na América do Norte] que, nas nações agrícolas, cujo mercado manufatureiro está exposto à livre concorrência por parte de uma nação que já atingiu a supremacia manufatureira, com frequência o valor da importação de bens manufaturados ultrapassa de muito o valor dos produtos agrícolas exportados, o que por vezes, ocasiona repentinamente uma exportação extraordinária de metais preciosos,[...] (LIST, 1986, p. 183).

List acreditava ser impossível a industrialização nos trópicos, ao mesmo tempo que os países temperados seriam naturalmente adequados à produção manufatureira.

Em vista dessa condicionante, ele vai restringir-se às regiões de clima temperado, ao afirmar que o comércio de nações exclusivamente agrícolas não poderia atingir proporções apreciáveis porque:

[...] as exportações de nações agrícolas são dirigidas para algumas nações manufatureiras que se dedicam elas mesmas à agricultura e que, em razão de suas manufaturas e de seu vasto comércio, praticam a agricultura com sistemas muito mais aperfeiçoados do que uma nação exclusivamente agrícola; portanto tal comércio não é nem seguro nem uniforme. O comércio de produtos agrícolas constitui sempre objeto de muita especulação, e os benefícios desta na maioria dos casos cabem aos comerciantes que especulam, e não aos agricultores ou à força produtiva da nação agrícola. [...] a troca de produtos agrícolas por bens manufaturados estrangeiros está sujeita a grandes interrupções, em virtude das restrições comerciais de países



estrangeiros ou de guerras. [...] a exportação de simples produtos agrícolas beneficia sobretudo países localizados perto das costas marítimas e das margens dos rios navegáveis, não beneficiando o interior do país, o qual, precisamente, constitui a maior parte do território de uma nação agrícola. [...] a nação manufatureira estrangeira pode a qualquer momento achar que atende mais a seus interesses importar os gêneros e as matérias-primas de que carece de outros países e de colônias recentemente fundadas. (LIST, 1986, p. 177).

E, até, poderíamos acrescentar, que o país agrícola importa produtos com maior valor, cujos preços médios tendem a ser crescentes, produzidos em poucos lugares, exportando produtos com menor valor, com preços médios tendendo a ser decrescentes, produzidos em muitos lugares, mostrando que esse autor antecipou-se na percepção do problema das relações de troca desiguais e dos termos de intercâmbio no comércio internacional. Comentando as exportações de algodão americano para a Inglaterra ele escreveu:

Todas as exportações dos Estados Unidos para a Inglaterra - ou pelo menos a maior parte delas - consiste em matérias-primas, cujo valor é aumentado dez vezes pelos ingleses, [...] A fim de provar aos norte-americanos como era vantajoso para eles o comércio com a Inglaterra, Huskisson apontou o aumento extraordinário das importações inglesas de algodão, mas os americanos souberam como avaliar o valor desse argumento. Pois a produção de algodão na América, durante mais de dez anos, havia ultrapassado tanto o consumo e a demanda desse artigo, de ano para ano, que seus preços haviam caído mais ou menos na mesma proporção em que aumentara a sua exportação; isso transparece do fato de que, no ano de 1816, os americanos haviam obtido 24 milhões de dólares por 80 milhões de libras de algodão exportado, ao passo que no ano de 1826 conseguiram apenas 25 milhões de dólares por 204 milhões de libras exportadas. (LIST, 1986, p. 253-254).

Por isso, List considera os tratados de comércio entre nações mais benéficos quando elas se encontram mais ou menos no mesmo nível de desenvolvimento. Sua conclusão logo viria na afirmação de que um país, para apresentar maior progresso, deve exportar produtos industrializados, importando alimentos e matérias-primas. Ponderação complementada pela condenação de subsídios estatais permanentes à produção e exportação, exceto em casos que requeiram medidas para despertar e reforçar o espírito empresarial.

Nesses casos, compreende-se porque, no *Sistema Nacional*, o comércio deve ser regulado de acordo com os desejos e interesses da agricultura e indústria da nação. Também a prosperidade deve ser contínua para trazer benefício real para a nação, o que requer manutenção das medidas de proteção e apoio à indústria, que não podem ser objeto de mudanças bruscas, pois o seu desenvolvimento, também, não deve sofrer

interrupções ou oscilações bruscas. Disso decorre a grande preocupação com ordem, paz, moral, transportes e educação para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Um período de prosperidade agrícola temporária e transitória constitui desgraça muito maior do que a pobreza uniforme e constante. Se a prosperidade quiser trazer benefício real para os indivíduos e para a nação, deve ser contínua. Essa prosperidade contínua só ocorre quando o crescimento é gradual e no caso de a nação possuir garantias para esse crescimento e sua durabilidade. [...]Ora, somente a posse de uma produção manufatureira própria é capaz de fornecer às nações bem desenvolvidas garantias de aumentar esse valor em caráter constante e permanente.(LIST, 1986, p. 167).

## **5 Força de trabalho e emigrantes**

Estudando a origem e o progresso de setores da indústria verifica-se que só gradualmente chegou-se a dominar métodos de trabalho mais aperfeiçoados, maquinaria, edificações, experiência e qualificação e, também, conhecimentos e relações para comprar bem a matéria-prima e vender a produção com bom lucro. É mais fácil ampliar e aperfeiçoar um negócio já estabelecido que fundar um novo. Nas indústrias, interrupções podem causar graves defeitos ou até serem fatais para a vida da empresa, quando de maior duração. Quanto maior o talento, habilidade, capital, necessários para implantar e operar a empresa, mais prejudicial será uma interrupção das suas atividades. Com a interrupção, a maquinaria, as ferramentas, os utensílios e mesmo as edificações são destruídos pelo abandono e ação do tempo, enquanto que a mão-de-obra treinada fica ociosa, procura trabalho em outro setor, ou simplesmente emigra, resultando numa perda de forças produtivas para a nação.

Para List é importante garantir um bom nível de vida para os operários, porque

[...]se compararmos o resultado do trabalho dos operários em países em que estes se vestem e alimentam como as pessoas de bom nível de vida com o resultado de seu trabalho em países ou regiões em que o operário precisa contentar-se com roupa primitiva e alimentação inferior, veremos que o aumento do conforto do primeiro caso foi alcançado não a expensas do bem estar geral, mas para vantagem das forças produtivas da comunidade.( LIST, 1986, p. 204-205).

Aí, o operário trabalha mais, estabelecendo-se uma emulação sadia entre a população. Além disso, estabelecem-se estimulantes poderosos para a produção, à medida que instituições políticas e civis permitem aos cidadãos passar para uma classe social superior mediante trabalho honesto e enriquecimento, exibir sua prosperidade e reconhecem o valor de seus comerciantes e das grandes realizações na agricultura, indústria, comércio e das pessoas inventivas.

Por fim, viria a sua definição de economia política, concebida como a ciência que ensina a desenvolver e despertar as forças produtivas, como elas são dominadas, salvas e, mesmo, destruídas. Ela permitiria conduzir essas forças para promover o enriquecimento da nação, levando-as à paridade com os países mais ricos, num universo onde os princípios da economia cosmopolítica, a economia liberal de Adam Smith, poderiam ter validade.

Assim, List concebe a possibilidade e os instrumentos para unificar e desenvolver a Alemanha, numa construção teórico-doutrinária que serve, com as devidas adaptações e interpretações, às necessidades do mundo subdesenvolvido.

Convém sempre lembrar sua preocupação com a necessidade de paz e ordem, e com a liberdade individual que seria garantida pela nação. Poderíamos, então, dizer que ele imagina uma organização onde é imprescindível a admissão da divergência e da crítica, para manter a criatividade e a eficiência em todos os níveis de trabalho.

Mas, ele também preocupa-se em mostrar ter a liberdade limite nos interesses da sociedade e da nação:

Assim como a liberdade individual é boa até onde começa a contrariar aos interesses da sociedade, da mesma forma é razoável sustentar que a atividade privada só pode exigir o direito de não sofrer restrições na medida que não entrar em conflito com o bem estar da nação. [...] devendo então submeter-se às restrições legais que lhes são impostas, para salvaguarda, inclusive, de seus próprios interesses. (LIST, 1986, p. 120).

Apesar da preocupação em anexar países possuidores de colônia, List, também chegaria à conclusão de que estas poderiam ser dispensáveis a partir da emancipação dos países da América do domínio espanhol e português:

Desde a emancipação das colônias espanholas e portuguesas na América do Sul e nas Índias Ocidentais, já não é indispensável que uma nação

manufatureira possua colônias próprias em climas tropicais para poder operar diretamente a troca de manufaturados por produtos coloniais. Já que os mercados desses países tropicais emancipados são livres, toda nação manufatureira capaz de competir nesses mercados livres pode manter comércio direto com eles.(LIST, 1986, p. 278).

Completando esse raciocínio, ele, ao perceber que o emigrante que se adapta e se integra bem no país receptor acaba sendo perdido para a terra de origem, ainda mostra, em seu trabalho, o caminho para um imperialismo germânico e a constituição de um mundo central oligodominante no planeta. Revelando sua preocupação com a terra natal, ele recomenda à Alemanha usar seus emigrantes como consumidores, divulgadores e vendedores de seus produtos no exterior, além de defensores de seus interesses nacionais específicos e mantenedores da língua e cultura alemãs.

Esta seria uma forma de garantir a exploração dos países tropicais em proveito da Alemanha, sem correr riscos e custos de uma ocupação do território, sem arcar com gastos de defesa, de manutenção de forças armadas, administração colonial, investimentos em construção e manutenção de infra-estrutura econômica, educacional e sanitária. Tais tarefas e custos seriam assumidos pelo país receptor, que ainda no plano internacional poderia constituir-se em um aliado da Alemanha. As "colônias de emigrantes" seriam garantidoras e promotoras de um mercado para as exportações alemãs, à medida que consumiriam e divulgariam o uso de produtos alemães entre os outros habitantes do país receptor. Elas, também, poderiam constituir-se em fonte de recursos a serem enviadas para a mãe pátria, sob a forma de doações, contribuições, gastos com viagens e turismo dos emigrantes e descendentes.

[...] a atenção da Alemanha deve ser imediatamente dirigida sobretudo para a ampliação de seu comércio com a América do Norte, Central e do Sul, e com os mercados livres das Índias Ocidentais. Juntamente com essas providências, outras medidas são aconselháveis: a implantação de linhas regulares de navios ligando os portos alemães aos principais portos desses países, a promoção da emigração para esses países, a solidificação e a ampliação de relações amistosas entre esses países e o Zollverein, e de modo especial a promoção da cultura e civilização nesses países. Pelo aumento dos meios de intercâmbio da Alemanha com os citados países das Américas, favorecer-se-ia também a emigração de alemães para lá e a fundação de colônias alemãs nos respectivos países, o que, por sua vez, representaria novas chances de aumento do intercâmbio comercial. Visando a esse intuito, os Estados do Zollverein devem estabelecer consulados e agências diplomáticas em toda parte, a fim de apoiar e favorecer as iniciativas dos cidadãos alemães emigrados, a dar maior estabilidade a seus governos e a aperfeiçoar sua civilização. [...] somos obrigados a expressar aqui nossa convicção de que a emigração para a América Central e do Sul, se for bem

conduzida e levada a efeito em grande escala, oferece, do ponto de vista nacional, vantagens muito maiores para a Alemanha do que a emigração para a América do Norte. Que utilidade terá para o país o fato de cidadãos alemães individuais enriquecerem na América do Norte? Em suas relações pessoais esses cidadãos estão definitivamente perdidos para a nacionalidade alemã, e também de sua produção material pouco a Alemanha pode esperar. É pura ilusão pensar que o idioma alemão possa ser mantido por alemães que vivem no interior dos Estados Unidos, e que com o tempo se possa lá estabelecer verdadeiros Estados alemães. Por outro lado, nem por isso negaremos que o mercado americano para manufaturados seja muito importante, especialmente para a Alemanha. [...] O que afirmamos é apenas isto: os alemães que emigraram para as regiões do oeste norte-americano não contribuirão muito para aumentar a demanda de artigos manufaturados alemães, e sob esse aspecto a emigração para a América Central e do Sul exige e merece ser muito mais fomentada. Os países da América Central e do Sul, incluindo o Texas, são na grande maioria adequados para o cultivo de produtos coloniais. Jamais poderão progredir muito na atividade manufatureira. Aqui, sim, há um grande e rico mercado de manufaturados a ser conquistado; quem conseguir estabelecer relações comerciais aqui, poderá manter a posse delas para sempre. Esses países, desprovidos de suficiente força moral própria para atingir alto estágio de civilização, para implantar bons sistemas de governo e dotá-los de estabilidade, chegarão sempre mais à convicção de que devem ser ajudados de fora, ou seja, pela imigração. (LIST, 1986, p.285-287).

Neste caso, ele está adotando de forma ampliada o que observou da prática inglesa, que, já no século XVI, dividia em duas a classe dos comerciantes: os residentes, que exerciam o comércio mais estável na Grã-Bretanha e os "aventureiros", migrantes que "procuravam sua fortuna em cidades e países estrangeiros, vendendo tecidos e outros artigos manufaturados ingleses". (LIST, 1986, p. 20)

## **6 O arredondamento do território e a aliança do centro**

List enxerga a Alemanha como nação grande e rica, que poderia prover-se de mais uma porta para o Mar do Norte e, também de colônias, com a incorporação da Holanda e da Bélgica.

[...] a Holanda, no que concerne à sua posição geográfica e às suas circunstâncias comerciais e industriais, bem como no tocante à origem e à língua dos seus habitantes, é uma província alemã, que foi separada da Alemanha em um período de desunião nacional do país; sem a reincorporação da Holanda à União Alemã, a Alemanha pode ser comparada a uma casa cuja porta está em poder de um estrangeiro [...] Tal união seria de grande vantagem para os dois países. A Alemanha daria à Holanda não somente os meios para tirar proveito de suas colônias, muito melhor do que no momento, mas também para fundar e adquirir novas colônias. (LIST, 1986, p. 272).

Se a Alemanha pudesse associar-se, juntamente com os territórios marítimos que lhes pertencem, à Holanda, Bélgica e à Suíça como um todo comercial e

político poderoso [...] então ela poderia assegurar a paz para o continente europeu por muito tempo, e simultaneamente transformar-se no ponto central de uma aliança continental duradoura. [...] Todos eles [França, América do Norte, Rússia] ganharão, se a Alemanha, a Holanda e a Bélgica constituírem juntas um poderio naval comum; pois enquanto estiverem separados entre si, esses países não passam de satélites da supremacia inglesa, ao passo que se unindo reforçarão a oposição à supremacia inglesa nos mares. (LIST, 1986, p. 285-287).

Para List a Alemanha precisava de um sistema protecionista mais perfeito e eficiente, meta que só poderia ser atingida com a união aduaneira, onde estivessem incluídos os territórios marítimos colocados junto à embocadura do Reno, saída e entrada natural de parte importante de seu território para o Mar do Norte, o que significaria incorporação da Bélgica, Holanda e mesmo da Dinamarca:

No momento, entretanto, o sistema protecionista alemão só cumpre o seu objetivo de maneira muito imperfeita, enquanto a Alemanha não fiar algodão e linho de que carece; enquanto não importar diretamente dos países tropicais os produtos coloniais de que precisa, e não os pagar com produtos de sua própria manufatura; enquanto não executar esse comércio com seus próprios navios; enquanto não tiver meios para proteger sua própria bandeira; enquanto não possuir um sistema perfeito de transportes por rios, canais ou ferrovias; enquanto o Zollverein alemão não englobar todos os territórios marítimos alemães, bem como a Holanda e a Bélgica. (LIST, 1986, p. 272).

Mas essa providência [o Zollverein] não pode ser considerada completa enquanto não abranger o território inteiro, desde o delta do Reno até as fronteiras da Polônia, incluindo a Holanda e a Dinamarca. (LIST, 1986, p. 124).

Além disso, previa para um tempo futuro, uma aliança continental europeia que evoluiria para uma união europeia contra uma supremacia dos EUA, dominantes no continente americano, ao mesmo tempo em que a Europa tomaria sob seu cuidado e tutela a Ásia inteira.

Assim, a Alemanha, juntamente com outros países europeus e os EUA, praticamente, constituir-se-ia no centro desenvolvido de um mundo dividido entre países industrializados e países agrícolas, fornecedores de alimentos e matérias-primas para os primeiros.

Estas são idéias que, tomadas em sentido contrário, também podem ser de utilidade para os países periféricos, na defesa de sua liberdade e de seus interesses, assim como na promoção do seu desenvolvimento.

## **7 Conclusões**

Por fim, List (1986, p. 248-249) relaciona, na sua obra basilar, os princípios que nortearam a política do Estado inglês, para desenvolver e garantir a riqueza e o poderio daquela Nação, os quais teriam servido de base para a construção de sua doutrina de economia política:

- a) Estimular e proteger o desenvolvimento das forças produtivas e fomentar a sua importação;
- b) importar matérias-primas e produtos agrícolas e exportar produtos manufaturados;
- c) direcionar todo o excedente de forças produtivas para a colonização e para subjugar povos não civilizados;
- d) reservar para si o fornecimento de manufaturados às colônias e aos países dominados, recebendo em troca, em termos preferenciais, suas matérias-primas e produtos coloniais;
- e) estabelecer uma supremacia naval e, através dela, ampliar o comércio exterior e aumentar seus domínios coloniais. Para isso, dever-se-ia participar ativamente da navegação internacional, dispensar cuidados especiais à navegação costeira e ao comércio com as colônias, assim como, subsidiar e encorajar a pesca marítima;
- f) conceder privilégios recíprocos de navegação com outras nações ou liberdades destas comerciarem com suas colônias, somente quando as vantagens estivessem do lado da Inglaterra;
- g) fazer concessões a nações estrangeiras independentes no tocante à importações de produtos agrícolas, somente quando obtivesse em troca concessões para os produtos manufaturados ingleses. Usar o contrabando, quando tais concessões não pudessem ser obtidas por meio de tratados;
- h) fazer guerras e alianças com o intuito exclusivo de salvaguardar seus interesses manufatureiros, comerciais, marítimos e coloniais. Deve, então, beneficiar-se dos inimigos, bloqueando seu comércio marítimo, e dos amigos, oferecendo subsídios pagos com produtos manufaturados ingleses, assim, destruindo sua indústria manufatureira; e, por fim

- i) dissimular a verdadeira política da Inglaterra, com expressões e argumentos internacionalistas e liberais, a fim de evitar que outras nações imitem a política que a Inglaterra sempre seguiu.

É importante notar a preocupação inglesa de esconder as regras do jogo, procedimento que continua a ser praticado pelo Centro desenvolvido do planeta. Mas, também, convém ter sempre em vista que List deslocou o objeto de estudo e de explicação dos fatos econômicos do valor de troca e da riqueza acumulada para o valor de uso e da capacidade de gerar riqueza, mostrando as possibilidades verdadeiras de desenvolvimento dos países pobres. Ele introduz o futuro e a riqueza espiritual nesse raciocínio, além das possibilidades de uso do aparelho estatal e do intervencionismo para que uma nação busque a sua rota de desenvolvimento.

Essa abordagem econômica permite-nos ver que os interesses pessoais podem ser diferentes dos nacionais e mostra a incapacidade dos indivíduos agindo isoladamente garantirem a realização da nação. Tudo isso significa que existe um inter-relacionamento entre os componentes de uma sociedade humana que faz com que o todo seja a expressão de um corpo diferente da soma de suas partes.

Afora isso, List introduz o mundo real, a geografia, a história e a sociedade dos homens no cálculo econômico, de onde haviam sido deslocados pelo raciocínio abstrato e absoluto dos clássicos, contestado pela temporidade e relativismo listianos.

Para ele, se as leis não geram riquezas, podem criar forças produtivas, que são muito mais importantes que riquezas, à medida que são as suas criadoras, sendo que a prosperidade de uma nação dependerá da sua capacidade de desenvolver as suas forças de produção e não de acumular valores de troca, sob a forma de bens materiais. Assim, a vida, o conhecimento e o trabalho que não produzem diretamente bens materiais são colocados em primeiro plano.

Este, ainda, é um tipo de abordagem que possibilita melhor inserir em nossos cálculos os recursos naturais, principalmente aqueles que, até há pouco tempo, eram simplesmente considerados bens livres e, portanto, fora do campo da análise econômica.

Ele faz uma verdadeira volta, recuperando e modernizando o mercantilismo inglês, dotando-o de nova roupagem e fundamentação de caráter científico, adaptando-o às necessidades do território subdesenvolvido que viria a constituir-se na Alemanha. Trata-se de uma construção teórica e doutrinária que, por extensão, acabaria por se tornar útil



às outras economias pobres do planeta, principalmente depois de eliminados desacertos de época, como o determinismo geográfico.

Tudo isso permite-nos pensar, depois de alguns cortes e adaptações necessários, feitos a fim de selecionar o que é de maior utilidade, na modernidade deste economista, estudioso de problemas hoje reconhecidos como de desenvolvimento econômico, apesar de ter publicado a derradeira versão de sua principal obra, o *Sistema Nacional de Economia Política*, em 1841 e falecido em 1846.

Percebe-se que países que ultrapassaram o estágio de subdesenvolvimento para tornarem-se parte do Mundo Central, como a Alemanha, Itália e Japão, aplicaram uma política econômica semelhante àquela preconizada no *Sistema Nacional*. Do mesmo modo que influenciou esses países, onde despontou uma firme vontade de se desenvolver, fortes traços dessa doutrina podem ser percebidos em autores brasileiros como Humberto Bastos (1964) e Roberto Simonsen (apud FRANGANIELO, 1970) e no desenvolvimentismo da CEPAL, que teria afetado tantos outros, como seria o caso de Celso Furtado, por exemplo. Esse, também, poderia ser o caso de Paul Baran (1960), que partindo da noção de excedente e da sua acumulação, chegaria a conclusões semelhantes às de List. Isto, no entanto, poderia ser um demonstrativo de que os caminhos disponíveis para o desenvolvimento da sociedade, embora diversificados, são reduzidos. O homem é sempre o mesmo, tendendo a construir sociedades que tem a mesma natureza, repetindo organizações, problemas e soluções, fazendo com que a História da Humanidade constitua-se em variações sobre os mesmos temas, repetindo-se permanentemente.

Essa atualidade é reveladora de quão pouco a sociedade dos homens mudou nesses cento e sessenta anos, quando nossos países enfrentam problemas semelhantes àqueles estudados por List, para resolver a situação da Alemanha, que, agora, juntamente com o resto da Europa Ocidental, os EUA e o Japão está do outro lado do mundo.

Esta será a nova doutrina a apontar um caminho mais verdadeiro para os países subdesenvolvidos e que, após a Segunda Guerra Mundial, reapareceria, sob os nomes de Teoria do Desenvolvimento Econômico e Teoria da Dependência, reintroduzindo, em sua plenitude, a nação no cálculo econômico. Ela cuida do desenvolvimento econômico nacional, enquanto que a economia clássica destaca o internacionalismo e a marxista tradicional enfatiza a exploração do proletariado.

Pode-se dizer que a visão de mundo conforme a versão listiana é particularmente importante para um país como o nosso, que teme assumir um papel de nação, em que a vontade de desenvolver parece ser fraca, onde se costuma esperar que as soluções venham de fora. Caráter que, possivelmente, foi acentuado pelo fato de ter sido colônia, fornecedora de produtos tropicais e minérios, de metrópole subdesenvolvida e dependente, já viciada na submissão ao poder estrangeiro.

Por fim, convém lembrar que todas as abordagens são importantes e devem ser combinadas para obtermos uma sociedade mais rica e mais livre. É uma situação que depende muito do equilíbrio e dosagem na aplicação de cada uma dessas visões de mundo, como também da escolha daquela mais adequada à realidade que se apresenta no momento, e, portanto, com a qual temos que tratar.

Nesse sentido é importante notar que o trabalho de List é um manual de desenvolvimento, mais especificamente de política de desenvolvimento econômico, embora, também, de imperialismo, dependendo da leitura que dele se faça.

Assim, ele aponta para um mundo em que existiria um pacto entre países ricos, constituídos por uma Europa unificada e Estados Unidos da América, para dominar e explorar o resto do planeta, dividido em áreas sob suas influências.

Seu livro é um estudo com a finalidade de mostrar caminhos novos e soluções de problemas globais que afligiam a sociedade objeto de observação. É um trabalho pragmático resultante da observação de experiências passadas, tirando lições dos fracassos e sucessos de outras nações. Nesse sentido, trata-se da proposta de uma política econômica, que exigiu reformulação de conceitos teóricos, constituindo-se no estabelecimento de um verdadeiro programa de engenharia social: a construção e o desenvolvimento de uma nova nação.

À medida que sua abordagem conduz ao raciocínio em termos de prazos mais longos, List, também, introduziu o futuro, e principalmente aquele futuro mais distante, no cálculo econômico. Operação que ganha flexibilidade, à medida que ele, também, introduz a relatividade na economia.

Além disso, ele leva a uma maior valorização do qualitativo do que do quantitativo, priorizando a capacidade de criar riqueza sobre a riqueza material acumulada. Para ele são importantes as forças de produção, a união fortalecida pelo sentimento de

identidade nacional, assim como a auto confiança, a vontade de desenvolver, a coragem de promover a nação e de implementar medidas necessárias ao seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que mostra ser um país dividido presa fácil de grandes potências, ele aponta para uma rota de fuga na possibilidade de reagir ao liberalismo, àquilo que agora chamamos de globalização. List revela caminhos e saídas da situação de subdesenvolvimento, buscando na História, modelos a imitar e anti-modelos que mostrem correções de rumo e de opções a fazer.

Com List percebemos a importância da capacidade de sonhar, ou fazer projeções idealizadoras, ao estabelecer uma política econômica. Construção que exigirá, do executor do "sonho", disposição e coragem para governar, mesmo que isso coloque em risco a sua segurança no posto de mando.

Isso implica na busca de um desenvolvimento autêntico, preservador da identidade cultural do povo e da nação, enquanto é preservada a liberdade de criar, conduzida ou dirigida conforme os interesses daquela, pois a integração e a unidade nacionais são condições básicas no seu *Sistema Nacional*.

Assim, pode-se dizer que é preciso deixar de pensar exclusivamente pelo modo alheio, de buscar sempre aprovação no exterior para tudo que se faz no país subdesenvolvido, ousando inventar aquilo de que se carece, na forma mais adequada às condições e necessidades locais. É preciso, em suma, promover e desenvolver as forças produtivas da nação.

## **Referências**

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

BASTOS, Humberto. *Desenvolvimento ou Escravidão*. São Paulo: Martins, 1964.

Ianni, Constantino. *Homens sem Paz*. São Paulo: DIFEL, 1963.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

FANGANIELO, Helena. *Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: FEA-USP, 1970.

HAMILTON, Alexander. Report on Manufactures. In: \_\_\_\_\_. *Papers on Public Credit, Commerce and Finance*. New York: Columbia University Press, 1934.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Atlas, 1976.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. In: \_\_\_\_\_. *O Príncipe; Escritos Políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Endereço:

R. Adauto Lucio Cardoso, 114 Jardim Bonfiglioli (Butantã)

CEP 05589-000 São Paulo/SP

E-mail: heloiz@usp.br

Recebido em: 04/2003

Aprovado: 09/2003